

ALADI/CR/Ata 608  
10 de julho de 1996  
Hora: 10h15m às 12h50m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração da ata correspondente à 606a. sessão.
4. Apresentação do Relatório Final da Segunda Reunião da Comissão Assessora em Valoração Aduaneira (ALADI/CA.VA/II/Relatório).  
  
-Normas Comuns de Valoração Aduaneira (ALADI/CR/PR 147).
5. Apresentação do Relatório da Reunião sobre certificação ambiental (26-28 de junho de 1996).
6. Apresentação do relatório do Encontro de Líderes Empresariais da Região (1º-2 de julho de 1996).
7. Relatório sobre os resultados alcançados nos programas de cooperação acordados com os Observadores.
8. Convocação da Terceira Reunião do Conselho de Turismo da ALADI.
9. Assuntos diversos.

-Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio. Convite ao Secretário-Geral para a reunião de trabalho que se realizará dia 23 de julho em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.

-----

Preside:

JUAN MORENO GOMEZ

Assistem: Jesús Sabra, Gustavo Adolfo Moreno e Flaviano Gabriel Forte (Argentina), Antonio Céspedes Toro (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Mitzi Gurgel Valente da Costa, Guilherme de Aguiar Patriota e Flávio Marega (Brasil), Augusto Bermúdez Arancibia e Leopoldo Durán Valdés (Chile), Jaime Pinzón López e Henry Javier Arcos (Colômbia), Eduardo Cabezas Molina e Humberto Jiménez Torres (Ecuador), Rogelio Granguillhome, Dora Rodríguez Romero, Magno Heriberto Rodríguez e Arturo Juárez (México), Carlos Galeano e Alfredo Núñez (Paraguai), Guillermo del Solar Rojas, Efraín Saavedra, Agustín de Madalengoitía e Pedro Bravo (Peru), Carlos A. Zeballos e Roberto Muineló (Uruguai), Juan Moreno Gómez, Gerson Revanales, Oscar Furnoza e Ariel Vargas (Venezuela), Luis Astiasarán (Cuba).

Secretário-Geral: Antonio José de Cerqueira Antunes.

Secretários-Gerais Adjuntos: Juan Francisco Rojas e Isaac Maidana Quisbert.

Secretaria: Jorge Rivero, Enrique D'Angelo e Emilio Sosa.

-----

PRESIDENTE. Inicia-se a 608a. sessão ordinária do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da ordem do dia.

Em consideração a ordem do dia provisória.

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas Molina). Senhor Presidente, minha Representação desejaria que nesta ordem do dia fosse incluído um ponto adicional sobre a convocação da terceira reunião do Conselho de Ministros de Turismo da ALADI.

PRESIDENTE. Senhor Secretário, caso os Representantes estiverem de acordo, passaria a ser o ponto 8 e "assuntos diversos" ficaria como ponto 9.

Não havendo observações à ordem do dia, APROVA-SE, com a incorporação do pedido da Representação do Equador.

## 2. Assuntos em pauta.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, dentre os assuntos em pauta nesta sessão cabe salientar a nota da Embaixada do Panamá comunicando a designação do Senhor Embaixador Juan Angel Gómez Vargas como Representante Observador no Comitê de Representantes da ALADI. Cabe também salientar as notas da Representação do Brasil, em que constam as firmas dos funcionários habilitados para expedir certificados de origem.

No último momento, Senhor Presidente, depois de distribuir o documento, recebi uma nota verbal da Representação do Equador que vou ler: "ALADI 31. A Representação Permanente do Equador cumprimenta muito atentiosamente a honorável Secretaria-Geral da ALADI e solicita, de conformidade com a comunicação enviada ontem, ao Secretário-Geral, Antonio Antunes, pelo Senhor Ministro de Turismo do Equador, Armando Espinel Elizalde, que comunique ao Comitê de Representantes o pedido do Governo do Equador de convocar formalmente para os dias 17 e 18 de julho deste ano a Terceira Reunião Ordinária do Conselho de Turismo, que terá lugar em Quito. Anexa-se cópia da comunicação nº 960781, de 9 de julho do presente ano, que enviou o Senhor Ministro de Turismo do Equador ao Senhor Secretário-Geral. A Representação Permanente do Equador renova à Secretaria-Geral da ALADI os protestos da sua mais alta e distinta consideração. Montevideú, em 10 de julho de 1996".

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário. Essa é a nota que apóia o pedido do Equador no ponto 8 da agenda de hoje.

Há algum outro tema nos assuntos em pauta?

SECRETÁRIO-GERAL. Não, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Senhor Secretário, a Presidência consulta se há algum procedimento de praxe para receber o Embaixador Juan Angel Gómez Vargas, como Observador.

PRESIDENTE. Não, Senhor Presidente.

SECRETÁRIO-GERAL. Sim, Senhor Presidente, é costume, em uma reunião ordinária, receber o Embaixador do país Observador no Comitê, sendo convidado pelo Presidente do Comitê para fazer um breve discurso e prosseguir a reunião ordinária. Esse é o procedimento.

Estivemos em contato com o Senhor Embaixador do Panamá; ele pretendia apresentar-se hoje, mas pediu desculpas devido a razões de saúde. Estamos em contato para marcar sua apresentação em uma próxima reunião ordinária.

PRESIDENTE. O Comitê estaria de acordo com este procedimento?

Muito bem; perfeito.

Há algum outro assunto em pauta, Senhor Secretário-Geral?

SECRETÁRIO-GERAL. Nenhum, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Passaríamos, então, à consideração do seguinte assunto.

3. Consideração da ata correspondente à 606a. sessão.

Em consideração.

Não havendo observações, APROVA-SE.

4. Apresentação do Relatório Final da Segunda Reunião da Comissão Assessora em Valoração Aduaneira (ALADI/CA.VA/II/Relatório).

SECRETARIA (Jorge Rivero). Senhor Presidente, a Segunda Reunião da Comissão Assessora em Valoração Aduaneira realizou-se na Associação nos dias 24, 25, 26 e 27 de junho, de acordo com a convocação do Comitê, através de seu Acordo 197.

O propósito principal da reunião, Senhor Presidente, foi continuar com a revisão de um projeto de resolução contendo

normas comuns em valoração aduaneira no âmbito da Associação, projeto que já tinha sido considerado na Primeira Reunião desta Comissão.

Nesta ocasião, Senhor Presidente, a Comissão concluiu, a nível técnico, a análise desse projeto, documento que está sendo distribuído entre as Representações como projeto de Resolução 147 do Comitê de Representantes e que consta em suas pastas.

Neste projeto, Senhor Presidente, foram recolhidas algumas modificações realizadas em virtude de consultas que a Comissão solicitou à Secretaria-Geral que fizesse à Organização Mundial de Alfândegas. A Organização Mundial de Alfândegas enviou resposta a essas consultas e foram analisadas na reunião. Como consequência disso o projeto que hoje está sendo considerado pelos senhores recolheu em alguns casos modificações e em outros manteve a posição da Comissão.

Outro dos temas tratados nesta reunião, a nível de intercâmbio de idéias e opiniões, foi o referente à organização administrativa necessária para o controle do Valor. E nisto, cada uma das delegações fez uma apresentação dos sistemas administrativos de controle e dos documentos utilizados para a declaração do valor e para a atualização das administrações.

Este é um trabalho, Senhor Presidente, que prosseguirá na da Comissão e a Secretaria-Geral foi incumbida de realizar alguns trabalhos técnicos para apoiar esta tarefa.

Finalmente, Senhor Presidente, caberia salientar o nível da reunião, o nível altamente técnico dos participantes, que são funcionários encarregados do controle do valor em suas respectivas administrações e o nível das discussões que consideramos que concluíram com a apresentação de um projeto de resolução ao Comitê sobre normas comuns em valoração aduaneira, que complementa e precisa, a nível da Associação, as disposições contidas no Acordo relativo ao Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, conhecido normalmente como o Código de Valoração do GATT.

Senhor Presidente, essa seria, em breves palavras, a apresentação deste relatório. Somente teria para acrescentar que após a publicação do relatório verificamos que na página cinco do relatório no segundo parágrafo, omitimos fazer uma precisão sobre a discussão e interpretação dada na reunião ao tema da determinação de despesas que se incorporam para a determinação do valor em alfândega.

O Código de Valoração estabelece que as administrações podem optar por uma base FOB ou por uma base CIF, e neste caso é incluindo o custo do frete e o custo do seguro ou excluindo ambos. Houve amplo debate sobre o tema na reunião da Comissão e o texto deste segundo parágrafo ficou como tinha sido apresentado na reunião. A Secretaria elaborará uma revisão que diga exatamente o que corresponde, segundo a resposta, neste caso, dada pela OMA; ou seja que não há uma prática internacional geral no que se refere à inclusão dos gastos de fretes e seguros. Os países podem optar por inclui-los ou não, e de fato foi assim. Este parágrafo, que seria distribuído amanhã, refletiria essa situação, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Diretor. A Presidência desejaria fazer-lhe uma pergunta porque, conhecendo o Código de Valoração do GATT, estreitamente vinculado com os outros acordos sobre as práticas desleais de comércio e vendo que nesta Comissão de Valoração preservou-se -em vista das isenções que permitiram o Anexo III do Acordo- que ainda as Administrações de Alfândegas dos respectivos países continuem operando diversos estilos para a fixação do valor, desejaria perguntar-lhe se houve alguma proposta a esse respeito, porque é muito difícil, quando o Acordo Geral estabelece que o valor oficial ou normal das mercadorias será levado em conta para analisar um dumping ou uma concorrência desleal. E se estamos consagrando que possam existir diversos valores aduaneiros para determinar o verdadeiro valor normal das mercadorias, sei que estas coisas - perdão sei que estamos em presença de uma situação litigante- por regra geral, são feitas porque os países desejam preservar a isenção fiscal que é muito diferente da que se possa fazer sobre o valor normal das mercadorias, valor destas no país de origem mais cinco por cento de tolerância por colocação no mercado, cobrando os direitos de importação por um valor CIF que inclui seguro e frete. Este tema foi tratado? É somente uma curiosidade de todos os presentes.

SECRETARIA (Jorge Rivero). Sim, Senhor Presidente, foi tratado o tema de se as normas e os mecanismos de valoração podiam ser utilizados para combater estas práticas desleais como o dumping e as subvenções. A conclusão, Senhor Presidente, foi que não. As normas em valoração, tanto o Código quanto, se mal não lembro, a própria Definição do Valor de Bruxelas não compreendiam, antes, em nenhum caso a possibilidade de utilizar essas normas para combater o dumping ou as subvenções. O dumping e as subvenções se combatem ou se ajustam, de acordo com os acordos também subscritos no âmbito do GATT. Mas, sim se tratou o tema e chegou-se a essa conclusão.

Senhor Presidente, peço-lhe desculpas, mas há uma questão que omiti quando apresentei o projeto, que é a seguinte: o projeto, tal como está em consideração do Comitê, tem o consenso das delegações assistentes. Não obstante, a delegação da Colômbia pediu que fosse incluído um segundo parágrafo no artigo segundo do projeto, referente à manutenção de bandas de preços. Mas, no resto, Senhor Presidente, houve consenso nas delegações. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Senhor Diretor, antes de dar a palavra à Colômbia desejo falar sobre o problema da banda de preços. Foi refletido na estrutura da valoração que a banda de preços flutue em um descenso, inclusive, dos direitos de importação quando os preços diminuam ou os preços internacionais se desloquem de forma tal que causem prejuízo ao que visa a banda de preços, que é a estabilização do preço interno, porque a banda de preços não pode considerar-se, em nenhum momento, elemento incorporado ao valor aduaneiro. A banda de preços é um elemento que os países utilizam para nivelar o preço interno e preservar o consumidor dessas diferenças. De modo que isto não pode estar incorporado de nenhuma forma. E, por outro lado, uma banda de preços que está efetuando, digamos, uma correção no preço interno, não pode estar nunca refletida no valor aduaneiro de uma mercadoria. Este tema foi tratado?

SECRETARIA (Jorge Rivero). Sim, Senhor Presidente, o tema foi tratado de forma extensa na reunião, porquanto o propósito era chegar a um projeto totalmente de consenso. A delegação da Colômbia -e certamente o Senhor Representante o fará- deu todas as explicações no tocante à essência do mecanismo que eles têm.

A conclusão da reunião é que o artigo segundo, tal como está redigido, não impede a aplicação por algum país de mecanismos, através dos quais se estabelecem preços mínimos, preços oficiais, preços referenciais para determinar o valor; não o impede; tampouco determina que tipo de mecanismo deve ser utilizado. Não harmonizam os mecanismos. O que o artigo segundo diz é que se reconhece que as disposições do acordo de Valoração do GATT permitem aos países manter durante algum tempo, transitoriamente, e enquanto se acolham à reserva prevista na nota dois do Anexo III do Acordo, que transitoriamente possam aplicar preços mínimos. Isso se teve e foi analisado com muito cuidado na reunião para não incluir uma norma que dissesse: "isto sim, isto não". O projeto de normas que os senhores têm atualmente para sua consideração recolhe as disposições complementares necessárias para uma aplicação harmonizada e correta do Acordo.

PRESIDENTE. Preocupava-me muitíssimo o tema porque não se esqueça que as bandas estão terminantemente proibidas pelo artigo XI do GATT. Então, no artigo segundo do Acordo foi dado um prazo para que estas questões fossem harmonizadas.

Representação da COLÔMBIA (Jaime Pinzón López). Sim, Senhor Presidente, realmente nesta reunião da Comissão foram analisadas pormenorizadamente as diferentes alternativas. No entanto, a delegação da Colômbia -e nesse sentido repito as instruções que recebi- mantém suas reservas com relação a não incluir um parágrafo concreto no artigo segundo, que não significa que a Colômbia não vote o projeto de resolução, senão que deseja que na ata desta reunião conste expressamente que a Colômbia propôs -embora não fosse aceito- incluir no projeto um segundo, parágrafo ao artigo segundo nos seguintes termos: "Quando se trate de produtos para os quais se tenham adotado mecanismos harmonizados de bandas de preços, os preços oficiais que forem estabelecidos servirão de base para o cálculo dos gravames tarifários totais derivados da aplicação do mecanismo para os respectivos produtos".

Como manifestou o Doutor Rivero, é possível que não exista nenhum impedimento para que, através de mecanismos internos, os países fixem os preços nestes casos. No entanto, consideramos que não deveria ficar dúvidas a esse respeito e que teria sido logicamente melhor incluir este parágrafo no artigo segundo, já que não é motivo de discussão no Comitê de Representantes porque os que representaram a Colômbia acolhiam a decisão adotada. Simplesmente transmito estas instruções para que constem na ata e que a Colômbia vota a resolução com essa observação, que valeria a pena que fosse levada em conta mais adiante se surgir algum problema na aplicação da mesma.

PRESIDENTE. Algum outro comentário?

A pergunta é para o Senhor Diretor. O projeto de resolução deve ser considerado pelo Comitê. Há uma proposta da Colômbia, que poderia ficar em atas. Pergunto se satisfaria à Colômbia que a redação dessa proposta, desse artigo segundo, fosse ponto e parágrafo, porque ali está o miolo da questão. Enquanto dura a transição prevista no Acordo Geral a que se refere o artigo tal ou o anexo tal, os países poderão... . E dessa forma creio que fica solucionado o que a Colômbia pretende.

Senhor Diretor, poderia redigir-se uma coisa assim?

Representação da ARGENTINA (Jesús Sabra). Senhor Presidente, estamos prontos para aprovar o projeto de resolução número 147. E entendemos que, após essa consideração pelo Comitê, a Representação da Colômbia deveria fazer constar seu parecer sobre o artigo segundo. Isso é tudo. Obrigado.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Senhor Presidente, obviamente acompanhamos o relatório da Segunda Reunião da Comissão Assessora. É gratificante constatar que vieram especialistas de praticamente a totalidade dos Estados Membros.

Concordamos com o projeto de normas comuns em valoração aduaneira. No entanto, desejaríamos pedir um adiamento na aprovação do projeto de resolução; fundamentalmente porque este é um tema complexo, não é um tema fácil, requer de meditação e análise, e consideramos que, perante um tema desta importância, pronunciar-se sobre um projeto recebido anteontem nas Representações, poderia ser um pouco prematuro.

Então, embora acompanhemos o projeto, desejaríamos pedir formalmente que fosse adiada até a próxima quarta-feira sua aprovação, com o objetivos de que o tema fosse estudado adequadamente na alfândega de cada um de nossos países.

PRESIDENTE. Por favor, solicito a opinião dos demais países sobre o tema; se houver consenso, tenham a gentileza de indicá-lo.

Há consenso para o adiamento da aprovação do projeto para a próxima quarta-feira.

As normas comuns de valoração aduaneira ficam incluídas no tema, Senhor Diretor Rivero? Porque aqui há uma separata entre o relatório final e as normas...

SECRETARIA (Jorge Rivero). Na próxima oportunidade será submetido a consideração.

PRESIDENTE. Muito bem. Passamos ao assunto seguinte.

5. Apresentação do relatório da reunião sobre certificação ambiental (26-28 de junho de 1996).

SECRETARIA (Enrique D'Angelo). Senhor Presidente, esta reunião se realizou na sede da Associação de 26 a 28 de junho passado e foi possível sua realização pelo apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

O tema da certificação ambiental tem grande transcendência porque há consenso em que este será o "paratarifário", não sei se o mais importante do século, mas terá os mesmos efeitos das normas sanitárias para regular o comércio. Acontece que tem uma série de características totalmente diferentes, porque há muitos elementos que serão, teoricamente, de caráter voluntário, mas na prática se transformará em uma imposição pela tendência dos consumidores, principalmente dos consumidores nos países europeus.

Este é um tema que praticamente não foi tratado na região. Fizemos, no ano passado, uma primeira reunião que na realidade não foi uma reunião de discussão como esta, senão um seminário para apresentar a problemática da certificação ambiental. Esta já foi uma reunião concreta, onde uma série de expositores que propôs uma série de elementos que levaram a discussão e depois de amplo intercâmbio de idéias foi fixado um plano de trabalho que está desenvolvido no relatório correspondente.

Aqui devemos esclarecer, talvez, alguns termos que aparecem, como certificação e acreditação, que podem levar a confusão. A certificação, como seu nome diz, é um documento ou algo que certifica que um produto cumpre com tal ou qual regulamento ou norma, é voluntária; o regulamento é obrigatório. A acreditação é o sistema mediante o qual as entidades certificadoras são acreditadas; ou seja, que se define os que podem certificar se um produto cumpre ou não.

Entre as atividades que devem ser desenvolvidas antes de ir além da concretização de algum acordo, seria ideal que na região existisse uma aceitação mútua dos certificados entre os países e também que fossem aceitos os sistemas de acreditação nos países. Este é um tema novo; na reunião se decidiu que, como primeira etapa, devia ser feita uma análise, um levantamento dos sistemas de certificação e de acreditação existentes na região.

Posteriormente devemos encarar o trabalho relacionado com os sistemas de acreditação. E também desejo informar que no mês de outubro se realizará aqui uma reunião de organismos, uma reunião pan-americana de organismos de acreditação. Tem-se formado uma entidade regional. A COPANT é a entidade regional encarregada de harmonizar as normas na região, é a Comissão

Pan-Americana de Normas Técnicas. No ano passado se criou em uma reunião realizada em Lima, na Junta do Acordo de Cartagena, o Organismo Pan-Americano de Entidades de Acreditação. Vamos desenvolver com este organismo, no mês de outubro, nos dias 8 e 9 ou 9 e 10 -não lembro exatamente a data- a segunda reunião aqui, na sede da Associação, e também desta forma vamos ter a informação necessária para cumprir com a segunda parte do mandato, que é um diagnóstico dos sistemas de acreditação.

Cabe salientar a boa vontade do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente para continuar apoiando a Secretaria em todas estas ações relacionadas com um elemento que se transformará, repito novamente, ou se está transformando. Já é o "paratarifário" mais importante que regulará o comércio nos próximos anos. Isto é, em resumo, o que foi tratado na reunião.

PRESIDENTE. Em consideração.

Engenheiro D'Angelo, até o momento, no último compromisso que todos os países assumimos com a Rodada Uruguaí do GATT, somente fizemos constar a preocupação de que o ambiente e a ecologia fossem, no futuro, respeitados. O Escritório Internacional de Normalização fez um trabalho antecipado sobre o tema e naturalmente as próprias Nações Unidas nos estão dando esse apoio -pediria à Secretaria que fizesse uma nota de agradecimento pelo apoio que nos estão dando- sobre o tema. Desejaria que os senhores refletissem sobre isto para informar a seus respectivos funcionários que, como está dizendo o Engenheiro D'Angelo, isto se vai transformar no para-tarifário mais importante do futuro e, portanto, em um momento determinado poderá ser uma das causas para obstáculos técnicos ao comércio. É suficiente com dizer: "a partida de papel que os senhores trazem procede de uma devastação feita em uma região" para começar a buscar obstáculos.

Olhem isto com muito cuidado! Em outubro se realizará uma nova reunião, de modo que devemos prestar muita atenção ao tema.

Representação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Senhor Presidente, na mesma linha de seu pensamento desejo dizer que nossa Representação, com muito prazer, transmitirá o relatório que distribuiu ontem a Secretaria sobre a reunião de certificação ambiental. Cremos, como o senhor, que é um campo no qual há um trabalho muito interessante a ser desenvolvido pela Secretaria sobre as diretrizes que começaram a ser discutidas por essa reunião técnica. Acreditamos que este levantamento encomendado à Secretaria do sistema de certificação e acreditação é o

primeiro passo óbvio para alguma consideração posterior pelos Governos. A única recomendação, que também é óbvia, é que a Secretaria faça este tipo de estudo sempre diretamente em contato com os Governos, com os órgãos técnicos. Trata-se, como disse o senhor muito acertadamente, de um tema muito técnico, mas com possíveis conotações políticas. Mas, deve ser tratado a esse nível técnico e creio que a Secretaria tomou pelo bom caminho.

Creio que devemos tomar nota do relatório, se assim considera o Senhor, de forma satisfatória. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Não havendo nenhuma outra consideração, o Comitê toma nota deste relatório e enviaremos o que corresponda através da Secretaria.

6. Apresentação do Relatório do Encontro de Líderes Empresariais da Região (1º-2 de julho de 1996).

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Isaac Maidana). Senhor Presidente, creio que em primeiro lugar valeria a pena informar e recordar aos Senhores Representantes que este encontro foi feito no âmbito do Convênio de Cooperação que a ALADI tem com a CAF. Este Convênio foi subscrito em 1994 e foram elaborados, até o momento, dois projetos. O primeiro se referiu a estudos de articulação e convergência, que os senhores já conheceram oportunamente, e o segundo se refere à identificação e promoção de alianças estratégicas, em cujo âmbito se realizou este Encontro de Líderes Empresariais.

Cabe salientar também, Senhor Presidente, que este último projeto tem três componentes: além da reunião de Líderes Empresariais, estão em curso uma análise e um estudo que estão realizando três peritos da região da Bolívia, Brasil e México para identificar setores onde é possível realizar alianças estratégicas e também propor uma metodologia de trabalho para identificar essas alianças na região. Depois -e este é o terceiro elemento deste último projeto- encomendaram-nos, no âmbito deste Convênio, realizar uma proposta para o estabelecimento de mecanismos de captação de informação por parte do setor empresarial da região, particularmente começando pelos empresários do Grupo Andino para ver quais são os mecanismos ou fontes de informação que têm, para a concertação de negócios comerciais ou de investimento. Estes três elementos, os estudos, o plano de informação e os encontros estão enquadrados neste último projeto.

Agora, diretamente, tratando já o tema do Encontro, Senhor Presidente, queria indicar-lhe que este teve três objetivos: por um lado, conhecer as experiências mais recentes da região em matéria de alianças estratégicas; por outro, analisar as ações concretas que favoreçam o estabelecimento, a concretização destas alianças e, em terceiro lugar, recomendar a implementação de atividades específicas por parte da CAF e da ALADI.

Quanto aos participantes, Senhor Presidente, acordamos com a CAF, desde o início, que queríamos um evento reduzido, do mais alto nível, a fim de, por um lado, assegurar precisamente o bom nível de participantes e, por outro, com um reduzido número de empresários facilitar o intercâmbio de idéias e, principalmente, a elaboração de recomendações e conclusões, o que finalmente se logrou.

Neste contexto, Presidente, podemos afirmar com satisfação que houve uma concorrência muito importante, muito qualificada: vieram quarenta e quatro empresários da região, dos quais vinte e três vieram do exterior; o resto, do Uruguai.

É importante também destacar que o nível dos participantes foi muito satisfatório, já que a maioria ou quase todos eram presidentes de suas empresas ou presidentes também de cúpulas setoriais ou cúpulas empresariais de nossos países. Não havia praticamente nenhum gerente, nenhum delegado administrativo; todos eram empresários.

Este evento, Presidente, também contou com a presença de dois altos funcionários da CAF, o operador principal em matéria de créditos e o assessor de integração da CAF, que vinha em representação do Presidente da CAF.

O ato de abertura e de encerramento, Senhor Presidente, esteve prestigiado pela presença do Vice-Presidente do Uruguai, Doutor Hugo Batalla, que nesse momento estava em exercício da Presidência, e também do Doutor Carlos Pérez del Castillo, Chanceler interino, que, respectivamente, abriram e encerraram o evento. E nesta ocasião não desejo deixar de expressar nosso agradecimento ao Embaixador Castells por ter possibilitado estas presenças e, principalmente, pelo decidido apoio que nos deram para a concretização deste evento.

Quanto ao desenvolvimento do Encontro, Senhor Presidente, na primeira parte houve uma série de exposições vinculadas com as diferentes experiências estratégicas de nossos empresários. Poderíamos resumir que o mais importante e destacável destas

experiências e exposições se refere ao processo de contato e negociação realizado, ao conhecimento dos futuros sócios, às condições de mercado, à necessidade de um âmbito legal e impositivo claro e estável e, principalmente, destacaram também as diferentes modalidades adotadas para estabelecer e concretizar as alianças estratégicas.

Das exposições realizadas, Senhor Presidente, desejaria destacar algumas porque foram muito ilustrativas, sobretudo para a Secretaria, que está entrando neste novo campo. Assim, por exemplo, temos uma aliança estratégica entre a Empresa Quilmes, da Argentina, e as empresas Ducal e Taquiña, da Bolívia, o Consórcio de Engenharia Eletromecânico, do Paraguai, com empresas brasileiras e argentinas na construção das Represas de Itaipu e Yaciretá, respectivamente, a Empresa Sudamtex, do Uruguai, e a da Venezuela, dedicadas à área do MERCOSUL e o Grupo Andino, respectivamente; o caso das empresas peruanas do setor maquinaria, que fizeram uma aliança estratégica com empresas extra-regionais e outro caso de uma empresa peruana que fez sua aliança na área de produtos frescos com empresários do Chile. Tivemos também uma experiência relatada por empresários do Paraguai e da empresa Paranave com Delbene, da Argentina, sobre o setor transporte fluvial, que formaram uma empresa chamada Naveplata.

Finalmente, destacando estes casos, Presidente, a empresa Citrisur, do Uruguai, também fez uma ampla exposição de seu desenvolvimento comercial com empresas extra-regionais, mas fundamentalmente salientou que este evento a levava a poder identificar e ver de que maneira podia estabelecer alianças estratégicas com países da região; já teve alguns contatos com alguns empresários que estiveram aqui e esperamos que tenham bom resultado.

Quanto às conclusões, Senhor Presidente, e recomendações do evento, foram várias e constam no documento que fizemos circular. Mas, desejaria destacar as seguintes: os empresários manifestaram sua preocupação por contar com um sistema de aproximação entre as empresas de países da região para promover alianças estratégicas. Eles dizem que seria bom ser um âmbito de trabalho onde pudessem contar com a identificação de projetos também que possa favorecê-los com a concretização de determinadas rodadas de negócios e também um mecanismo que lhes permita detectar projetos de investimento. Não se trataria de criar novas instituições, mas de ter um âmbito integrado destes aspectos onde eles possam amparar-se, fundamentalmente para aquelas empresas que não deram ainda esse passo como as que

tiveram que fazer alianças, mas as que vêm atrás, ou seja, as "PYMES" em particular.

Salientaram também seu interesse por criar um programa de promoção de investimentos conjuntos, através de encontros empresariais, mas não dos clássicos senão de encontros empresariais setoriais. A esse respeito salientaram que seria importante que prévio a estas reuniões a Secretaria pudesse elaborar perfis setoriais que lhes permitam realizar uma reunião com elementos suficientes para conservar e buscar resultados.

Recomendaram também a organização de rodadas de negócios e de encontros empresariais por setor, aproveitando as feiras. Disseram que há muitas feiras na região, praticamente em todos os países e que esses momentos deveriam ser aproveitados para fazer rodadas de negócios.

Desejo salientar, por outro lado, Senhor Presidente, a utilidade do Sistema Integral de Informação. Manifestaram que a Secretaria deveria buscar as modalidades mais fluidas para que os empresários tivessem acesso ao Sistema Integral e também recomendaram a criação de um módulo com as oportunidades de negócios. Isto seria algo novo que deveria ser estudado.

Por outro lado, Presidente, solicitaram a preparação de reuniões setoriais. Nesse sentido há uma tendência a que as futuras reuniões empresariais, segundo os empresários, sejam realizadas no âmbito de setores não de cúpulas gerais ou de reuniões muito ampliadas nas quais, eles entendem, há dificuldade de concretização de trabalho. Fundamentalmente, o que eles buscam é interlocutores válidos. Recomendam realizar reuniões setoriais, por exemplo dos setores lácteos, têxteis, frutas, florestal, etc., porque dessa maneira se pode avançar mais rapidamente na análise dos temas que incumbem aos empresários e, fundamentalmente, no aproveitamento das vantagens comerciais existentes no âmbito da ALADI.

Salientaram, também, que é muito importante que a Secretaria possa promover uma reunião de coordenação entre as entidades que atualmente estão manejando as fontes de informação ou base de dados para os empresários. Nesse sentido detectou-se que o programa Bolívar, o TIPS ou os eurocentros, apoiados pela União Européia, têm mais ou menos as mesmas informações. No entanto, por não estarem integradas, têm dificuldades de aceder diretamente ou não têm informação completa. Então, pediram à Secretaria que antes do final do ano convocasse estes organismos para coordenar nossas atividades.

Finalmente, Senhor Presidente, os empresários solicitaram à Secretaria que elabore um plano de atividades e um programa de trabalho com base nestas iniciativas. Isto seria feito nas próximas semanas e, obviamente, antes de enviá-lo aos empresários seria distribuído aos senhores para sua consideração.

Por último, Presidente, sem ânimo de cansar com esta exposição, desejaria salientar que embora o Encontro não tenha o objetivo de algum tipo de alianças ou algum resultado concreto ou novos empreendimentos, os representantes da CAF, ao finalizar a reunião, informaram-me que verificaram os seguintes empreendimentos que estão sendo gerenciados ou em conversações iniciais. Por um lado, na reunião se concretizou que o Banco União, do Paraguai, estaria disposto a que a CAF lhe desse uma linha de crédito para favorecer o comércio bilateral com a Bolívia. Os operadores do transporte fluvial dos países da Bacia do Prata manifestaram, também, seu interesse em que a CAF apoiasse a limpeza do Canal Tamengo, que é uma via que conecta a Bolívia com a Hidrovia Paraguai-Paraná.

Por outro lado, a empresa Sudamtex indicou que estaria interessada em ampliar a fiação de lã, e como há uma interrelação estreita entre Sudamtex, do Uruguai, e da Venezuela existiriam as condições estatutárias para que a CAF apoiasse este empreendimento.

Por outro lado, os empresários fizeram também seus próprios contatos e manifestaram-nos que surgiram já embriões de alguns negócios que serão concretizados, embora não seja este o objetivo da reunião.

Finalmente, Senhor Presidente, desejo agradecer aos Senhores Representantes seu apoio para a concretização deste Encontro e, sobretudo, manifestar-lhes que este é um primeiro passo e que a Secretaria continuará trabalhando para poder apresentar resultados mais concretos em uma próxima oportunidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Em consideração o tema.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Senhor Presidente, em primeiro lugar, para pedir à Secretaria, se for possível, a transcrição da intervenção do Sub-Secretário Pérez del Castillo. Até onde lembro, foi uma intervenção bastante substantiva, que creio seria útil ter por escrito.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, para reconhecer o esforço da Secretaria neste Encontro, manifestar que consideramos

pertinente e necessário trabalhar o mais intensamente possível com o setor privado.

Não desejaríamos pronunciar-nos sobre as recomendações porque, embora tenhamos a oportunidade de tratá-las no momento do encerramento, não tivemos tempo de avaliá-las com cuidado. Não obstante, em princípio, acreditamos que apontam para o elemento central do que deve ser a articulação com o setor privado.

Nossa crítica profunda está no desequilíbrio dos participantes. Não consideramos que na Colômbia, no México e no Chile não existam líderes empresariais. É um pouco a primeira conclusão, porque não estiveram representados.

Temos claro por que não vieram empresários chilenos. Mas, consideramos que deve haver um equilíbrio maior, principalmente no caso desses três países porque há movimentos empresariais bastante intensos em toda a região.

Não consideramos que o Equador somente tenha um empresário destas características e que se refere, fundamentalmente, ao caso da banana, que é um caso muito especial no Equador. Teria gostado de ver participantes de empresas diferentes do Equador, que também estão saindo para fora muito intensamente.

A linha aérea paraguaia ISAETA é propriedade de equatorianos. É um exemplo notório do que pode fazer um empresário dinâmico.

E também consideramos que a participação de dois empresários brasileiros não reflete o que é a estrutura desse país.

Por conseguinte, Senhor Presidente, compreendemos perfeitamente as limitações e as causas pelas quais alguns empresários não participaram deste evento. Mas, sentimos a obrigação de fazer ver que o Encontro de Líderes Empresariais dos países-membros, com a falta de participação mencionada -não sei, se observando com mais atenção, se verificariam outras ausências, talvez importantes, vejo que tampouco está a Venezuela, estamos falando de um âmbito muito restringido- a caracterização do "Encontro de Líderes Empresariais da Região" com quatro ausências é complicada. Obrigado, Senhor Presidente.

Representação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Senhor Presidente, na mesma linha de meu colega chileno. Nós cremos que a contribuição mais importante que os Governos podem dar ao processo de integração é fornecer oportunidades, que os empresários da região se conheçam e ao se conhecerem aumentem a confiança mútua e procurem oportunidades de negócios, que é a

forma mais efetiva de concretizar os acordos que nossos Governos pactuam entre eles.

Por isso, sempre apoiamos e continuaríamos apoiando todo tipo de iniciativa da Secretaria da ALADI e de outros organismos e esquemas sub-regionais para a promoção de encontros empresariais; são eles que estão movendo, impulsando, o processo de integração, não nós.

Mas, há várias maneiras de fazer isso. E tem toda a razão meu colega chileno quando assinala a pouca representatividade dos empresários que participaram deste Encontro aqui, na Secretaria da ALADI. É, creio, impensável dizer que há representatividade em um encontro quando não há nenhum empresário nem chileno, nem venezuelano, nem colombiano, nem mexicano e há dois empresários brasileiros, um dos quais não ficou para o segundo dia da reunião. Há, talvez, várias razões para isso; talvez a escolha da data para a reunião tenha sido comprometida pela aproximação de outras reuniões empresariais. Lembro uma semana antes, nesta mesma sala, uma reunião de empresários do MERCOSUL, de um órgão de consulta do MERCOSUL que se chama MERCOEX, onde compareceram aproximadamente trinta empresários brasileiros porque a coisa tinha sido combinada entre eles com a entidade mais representativa no Brasil, que é a Associação de Exportadores Brasileiros, com sede no Rio de Janeiro, que coordenou a participação brasileira e chegou aqui, para minha surpresa e minha satisfação, com trinta empresários dos mais representativos do Brasil.

Talvez, então, a escolha da data não tenha sido a mais apropriada; talvez tampouco a agenda genérica da reunião, sem concretização específica, tenha sido a mais indicada. Os empresários hoje em dia, os verdadeiros líderes empresariais da região, não necessitam mais ser informados sobre a importância do MERCOSUL, do Grupo Andino, das relações MERCOSUL-Chile. Isso já é sabido. É praticado todos os dias. Eles estão na vanguarda do processo. Querem, talvez, aprofundar seus conhecimentos em coisas muito mais concretas: setores específicos. Por isso vejo com satisfação as recomendações a que se referiu o Secretário-Geral Adjunto.

Então, se não há rodada de negócios, se não há concretização a nível setorial, quase a nível subsetorial de empresas, eles não vêm, não virão. E se a reunião coincide com outros assuntos mais importantes em outros lugares, não virão e será uma lástima porque se perderá, cairá a credibilidade da Associação para promover este tipo de eventos que creio, repito, é importante e devemos continuar fazendo, mas de maneira mais

coordenada para evitar o manifestado, com muita propriedade, por nosso colega chileno. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Representação do PERU (Guillermo del Solar Rojas). Senhor Presidente, desejaria expressar a opinião, o ponto de vista de nossa Representação, no sentido de manifestar a satisfação que significa o esforço de realizar este tipo de reuniões. Talvez o maior, o principal objetivo, de reunir os líderes empresariais, possivelmente não se obteve plenamente. Não poderíamos ser cegos como para dizer que esteve, digamos, a totalidade de líderes empresariais de nossos países. No entanto, tampouco podemos entrever a boa intenção, o bom espírito que anima a Secretaria-Geral de organizar este tipo de eventos. Possivelmente pelas observações precisas dos meus colegas, os Embaixadores do Chile e do Brasil, respectivamente, talvez, evidentemente, não se tenha alcançado essa máxima presença dos líderes empresariais de todos os onze países, que é o objetivo maior, o objetivo central deste tipo de reuniões.

Detectando e analisando os argumentos que muito bem expuseram os Senhores Representantes do Chile e do Brasil como possíveis circunstâncias pelas quais não concorreram todos os que deveriam ter assistido, esta experiência será enriquecedora para que no futuro possamos solucionar estas deficiências e possam dar maiores e melhores frutos.

No entanto, também é conveniente destacar o fato de que motivar todo o setor privado é um papel importantíssimo da ALADI. Não pode existir, de fato, processo de integração em nenhuma parte do mundo no qual somente o setor oficial, o setor público, trate de impulsar este "carro" integrador, sem o concurso e a ativa participação do setor privado.

Então, todo esforço que se faça nesse sentido de motivar e promover o setor privado no propósito da integração, no propósito de estabelecer este tipo de reuniões que esclareçam e evidenciem suas experiências, que de uma ou de outra forma possam ajudar a colegas e empresários dos outros países, é bem recebido.

O Presidente da Sociedade Nacional de Indústrias do Peru, Senhor Eduardo Fara, manifestou-me a satisfação de ter assistido a este evento; concretamente um Presidente da Associação de Produtores de Limão, de Olmos, do Peru, na costa norte do Peru, tem já reuniões formais com o Presidente e diretores de Citrisur, depois da exposição excelente do presidente desta cooperativa ou desta instituição. Os resultados, sem dúvida, serão vistos relativamente a curto prazo porque as reuniões de trabalho que teve este representante peruano com os represen-

tantes de Citrisur apontam, justamente, nessa direção a uma futura, rápida e muito possível aliança estratégica entre estas duas instituições.

O que desejo é destacar todo o positivo, mas também enfatizar naqueles pontos que muito claramente foram detalhados por meus antecessores no uso da palavra a fim de que, solucionadas estas deficiências e com vistas, em todo momento, ao objetivo mais importante de estreitar estes vínculos entre o setor privado, forte apoio de todo processo integrador, permita que futuras reuniões sejam plasmadas em fatos mais concretos e tangíveis.

Creio também, como o Senhor Representante do Brasil, que as rodadas de negócios são indispensáveis neste tipo de reuniões. Possivelmente, com manifestei na reunião de empresários, creio que também devem realizar-se reuniões de caráter setorial, já que quando estas são tão abertas, possivelmente se dilui este esforço e não se alcançam fatos muito concretos e muito tangíveis. Se todos os empresários que vieram aqui pertencessem a um mesmo setor, provavelmente se obteriam frutos mais concretos porque as experiências seriam sobre um mesmo tema, tema que dominariam todos os participantes e assistentes.

Em resumo, esta é uma reflexão que como assistente, aos dois dias deste evento, poderia manifestar. Obrigado, Senhor Presidente.

Representação da BOLÍVIA (Antonio Céspedes). Senhor Presidente, não assisti os dois dias em que se realizou o evento mencionado nesta reunião, somente à abertura e ao encerramento e a algum outro ato mais; no entanto, percebi reações realmente alentadoras sobre seu desenvolvimento.

Em primeiro lugar, como poucas vezes, é levado adiante um projeto no âmbito de um acordo de cooperação técnica, justamente com outro organismo financeiro sub-regional, de grande impulso neste momento, com cujo representante conversei e, contrariamente ao que se percebe nesta rodada, estava muito satisfeito e quase com certeza fez um informe positivo a sua instituição.

No entanto, a preocupação que se percebe sobre o desenvolvimento da mesma aqui é, além disso, que os senhores sabem como está no documento que se comenta, logra a concorrência do máximo nível de representantes do setor público e privado da sede da Instituição: o Vice-Presidente em exercício da Presidência da República, ou seja o Presidente da República do Uruguai, o Chanceler interino, com uma contribuição substantiva

como manifestou o Senhor Representante do Chile. Especialmente, uma convocação importante, uma concorrência aparentemente também significativa, embora não totalmente representativa do setor.

Mas, o importante é que enquanto há pouco reclamávamos ações da Secretaria, Senhor Presidente, e escutávamos censuras fortes porque não fazia nada, agora começam pelas que se fazem. Ou seja, uma atitude típica de, como se diz na Espanha: "palos porque boga, palos porque no boga".

Então, Senhores, este é um esforço realmente positivo que me permito aplaudir, que indubitavelmente deve merecer, provavelmente, a atenção de recomendações que a Secretaria deve aceitar em tudo aquilo que têm de positivo.

Mas, desejaria escutar uma explicação porque considero que deve haver alguma para não ter uma maior concorrência por parte dos países que, provavelmente, são os que determinam algum tipo de discriminação por parte da Secretaria sobre alguns países que não aparecem aqui. Como isso ficou mais ou menos flutuando, desejaria que a Secretaria me explicasse a razão pela que aparecem alguns países com uma representação significativa e outros com nenhuma. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

A Secretaria tem a possibilidade de explicar isto ou deixa à Presidência que manifeste o que por atrás?

Representação do URUGUAI (Carlos A. Zeballos). Creio que este é um tema que deveria ser colocado em seus justos termos. Em alguma medida o Senhor Representante do Peru o colocou em termos que a meu juízo me parecem bastante corretos. "Nem tanto, nem tão pouco". Este é um "approach" a um tema verdadeiramente fundamental no processo de integração.

Entendo que não é fácil, em termos gerais, conseguir uma concorrência massiva de empresários a nenhuma reunião. Logicamente, não falo pela concorrência do Uruguai porque como estamos na sede, é fácil para os empresários concorrer. Mas, para os demais países, possivelmente, a representatividade não seja a desejada. Mas, temos que levar em conta o que dizia inicialmente, que este é um primeiro "approach" em uma tarefa que deve ser considerada muito importante e que deve ser destacada porque, evidentemente, é meio difícil fazer o processo de integração sem empresários, não é? Pareceria que é impossível.

Portanto, devemos alentar a Secretaria no sentido de que sobre este embrião, sobre isto, que é um primeiro trabalho no setor empresarial, continue avançando-se na possibilidade de conseguir, obviamente, maior representatividade e resultados melhores. Sugeriu-se aqui, em sala, uma série de possibilidades como rodadas de negócios, enfoques setoriais, uma série de temas que poderiam conseguir na especialização, uma maior representatividade e também melhores resultados. Mas devemos valorar, a meu juízo, o esforço que está fazendo a Secretaria para impulsar este tipo de atividades que durante muitos anos esteve bastante congelado na Associação. Nada mais, muito obrigado.

SECRETÁRIO-GERAL. Vou deixar as explicações mais precisas para o Secretário-Geral Adjunto com relação à convocação.

Desejaria fazer alguns comentários. Em primeiro lugar, com relação ao pedido de que fosse distribuída a exposição do Embaixador Carlos Pérez del Castillo, já tínhamos pensado nisso e acabamos de distribuir o documento ALADI/SEC/di 806 onde está essa exposição.

Com relação ao Encontro, Senhor Presidente, a Secretaria recebe positivamente todas as intervenções. Creio que houve consenso com relação à importância dessas iniciativas e houve também considerações bastante corretas sobre o resultado obtido. Creio que fizemos um esforço para reunir experiências, não nos preocupamos de ter representatividade; fizemos esforços para ter alguns representantes de todos os países; depois o Secretário-Geral Adjunto detalhará essa informação.

Mas, creio que devem ser destacados dois pontos: primeiro, isso está sendo feito no âmbito de uma cooperação com a CAF, no qual devemos ter determinados prazos e fazer um primeiro levantamento de algumas idéias que não pretendem ser as últimas e cujas recomendações consideraremos dentro dos limites dos orçamentos desta cooperação técnica e dentro dos limites das competências de ambas as instituições que estão em cooperação.

Creio que vamos dar mais passos, a atividade não termina ali. É um primeiro levantamento que terá outros desdobramentos desde que, naturalmente, consigamos juntamente com a CAF a oportunidade de financiar as atividades.

Registro, apenas, que houve um esforço para ter, embora a idéia não fosse uma presença massiva de todos os empresários da

região que têm experiência em aliança estratégica, certa representatividade.

Peço, então, ao Secretário-Geral Adjunto, Maidana, que explique um pouco mais, respondendo a pergunta do ilustre Embaixador da Bolívia.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Isaac Maidana). Obrigado, Presidente.

Realmente, a Secretaria, como em todos os casos de convocações, fez os máximos esforços para ter a mais ampla representatividade e nos apoiamos em câmaras e cúpulas empresariais dos países: comunicamos a todos.

Convidamos também alguns empresários, indicados diretamente por essas câmaras.

Enviamos, oportunamente, às Representações uma nota solicitando sua orientação para citar determinados empresários de seus países. A CAF fez o mesmo, através de suas Representações.

Outrossim, recebemos o apoio e orientação do TIPS para localizar determinados empresários.

Mas, o problema da participação plena não é somente desta reunião, como os senhores sabem, porque ocorre em todos os órgãos auxiliares, em outros de nossa Entidade e em todos os organismos. Mencionava, o distinto Embaixador do Brasil, que MERCOEX, que se reuniu recentemente aqui, que do Brasil vieram trinta e realmente isso foi muito importante, mas do Paraguai veio um só. No foro de Cancun, de empresários, feito há quinze dias no México, também os organizadores estavam preocupados de não ter a concorrência importante como a que esperavam, especialmente de empresários de fora do México. Então, isto está muito generalizado. No Grupo Andino houve dificuldades dessa natureza e alguns órgãos empresariais praticamente deixaram de funcionar.

Aqui fizemos todo o esforço. Tivemos, inclusive, dez, quinze dias antes da reunião, a confirmação de todos os países. No último momento, precisamente por se tratar de pessoas muito ocupadas, pessoas que estão com uma agenda muito ocupada e com compromissos muito importantes, tiveram que suspender na última hora. E passo a indicar alguns. No caso do México, a presença do Presidente de Concamin, que além de ser Presidente de uma empresa de muito prestígio do México é um empresário líder, mas faltando vinte e quatro horas nos comunicou que teve dificuldades e chegou uma nota, inclusive, de desculpas. No caso do

Equador também tínhamos a assistência confirmada do Presidente de Saeta, que, como os senhores sabem, fez muitas alianças estratégicas entre ela e o Paraguai, mas também por uma viagem imprevista aos Estados Unidos teve que cancelar; do Chile tivemos empresas importantes como Ambrosoli, que fez muitas alianças e que também já tinha confirmado sua participação. Da Colômbia estava confirmada, por nota, a assistência do Presidente da Câmara de Exportadores ou algo similar, não lembro bem, mas era um empresário líder e um Presidente de Câmara.

Essas razões, fora do alcance da Secretaria e também, creio, dos próprios participantes, impediram a presença destes empresários.

De qualquer maneira, manifesto que estava sempre no critério da CAF e da ALADI que esta reunião não fosse de cem, duzentos empresários; queríamos um grupo seletivo, por assim dizer, para favorecer esse intercâmbio. Posso dizer-lhes que nenhum dos quarenta e quatro empresários deixou de falar; todos participaram. Se tivessem participado duzentas pessoas, teria sido impossível. E todos deram sua contribuição, inclusive todos manifestaram sua satisfação pelo desenvolvimento da reunião e até pediram fazer outra. Nesse sentido a Secretaria foi cautelosa de não motivar uma segunda reunião. O assunto esteve dirigido às reuniões setoriais.

Outro aspecto que assegura que isto não estará muito afastado dos empresários que não participaram é que já nos solicitaram - aqueles empresários que mencionei que iam participar e não vieram no último momento - que enviássemos as conclusões para depois mandar seu parecer, com o qual estaríamos recebendo, de alguma forma, a satisfação ou não por estas conclusões. Então, calculo que em vinte dias, um mês, teremos o parecer de todos os empresários, pelo menos, ao nível que estavam confirmados nesta última reunião.

Senhor Presidente, desejaria também destacar que nas conclusões, que é o miolo desta reunião, não houve discrepâncias; inclusive existia o ânimo de continuar conversando sobre as mesmas, queriam ampliar mais iniciativas e todos foram, creio, testemunhas de que eram as doze, devíamos suspender, estava o Chanceler para entrar e não podia porque os empresários queriam continuar discutindo, mas não discrepando, senão tratando de acrescentar mais iniciativas.

Não havendo discrepâncias senão coincidências entre oito países representados a nível de empresários, imagino que os demais não terão discrepâncias.

Considero que este primeiro esforço, que é inicial, dará frutos no futuro e, caso se realizem outras reuniões, faremos o esforço para que todos participem, embora, como os senhores sabem, também o CASE, que é o órgão auxiliar dos empresários aqui desde 1992 não se reúne e este, com muito esforço, pudemos reuni-lo a um nível, creio, adequadamente bom e útil. Obrigado, Presidente.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Senhor Presidente, somente para fazer uma precisão. Provavelmente não fui suficientemente claro. Mas, para precisar que estamos absolutamente de acordo com a iniciativa, valoramos o esforço da Secretaria, creio que isso sim ficou claro, e nossa proposta não é "palos porque bogas ou palos porque no bogas". É somente constatar uma situação de fato que surge dos participantes. Tratamos, no início, de ser precisos nessa proposta.

Por conseguinte, desejaria que ficasse bem esclarecido este assunto. Estivemos junto à Secretaria na convocação dos empresários chilenos; por isso fui explícito em dizer que conhecia perfeitamente por que não tinham concorrido os empresários chilenos. Mas, isso não é óbice para manifestar nossa preocupação sobre a estrutura que finalmente saiu. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas Molina). Senhor Presidente, creio que este esforço da Secretaria-Geral deve ser colocado em seu justo lugar e assim foi manifestado pelo Senhor Representante do Chile e, efetivamente, é assim.

Mas, tenho uma preocupação, talvez vou dizer um sacrilégio técnico. Quando leio o enunciado do "Encontro de Líderes Empresariais...", ali sim pode haver uma série de susceptibilidades quando recorremos um dos nomes daqueles que assistiram. Porque eventualmente não é o mais representativo do setor privado de nossos países e, em muitos casos se não puderam concorrer por qualquer razão ou porque não receberam o convite feito conjuntamente pela ALADI e a CAF, podem dizer que não foram convidados, no futuro quando conheçam a lista de participantes podem fazer uma série de observações no sentido de por que eles na,~o foram convidados. Isto poderia parecer um convite a título pessoal aos que aparecem aqui e não às entidades de classe às quais eles estão vinculadas diretamente.

Creio que esta experiência é muito saudável para que quando se realize um novo encontro empresarial se façam contatos com as entidades de classe empresariais para que elas escolham as pessoas que concorrerão ou senão se convida a título pessoal, e

isto tem outra significação e não estarão comprometendo os interesses de suas próprias entidades de classe.

Por conseguinte, dentro deste exercício e com as explicações dadas pela Secretaria-Geral, creio que devemos ter muito cuidado quanto à lista dos participantes, ou seja, como aparecem os participantes aqui: ou vêm a título pessoal, que é o caso do representante da empresa Novoa; ele esteve aqui por um convite e fez o esforço de forma pessoal, mas não obedece, não representa, por enquanto, nenhuma entidade de classe equatoriana. Vale a pena que isto fique devidamente esclarecido, bem como dias antes estiveram aqui perto de cinquenta empresários equatorianos da pequena e média indústria, que também foram convidados para participar, mas por razões de tempo não puderam ficar mais tempo aqui, em Montevideú.

De qualquer maneira, creio que o procedimento que adote a Secretaria-Geral para o futuro deveria estar orientado a que se vincule diretamente com as entidades de classe empresariais para que elas tomem decisões quanto a suas representações.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome). Senhor Presidente, beneficiando-me, logicamente, de tudo o que aqui foi manifestado, desejaria fazer uma reflexão no sentido de que talvez o que nos está fazendo falta no Comitê é uma discussão a fundo do que queremos quanto ao papel do setor privado, do que queremos quanto ao papel dos agentes econômicos no âmbito da Associação, no processo de integração que estamos levando a cabo aqui em Montevideú.

Que acontece? Os mecanismos e procedimentos institucionais com que contamos não funcionam. O Conselho Assessor Empresarial não se reúne. Os Comitês Setoriais que, ao amparo desse Conselho, reuniam-se com resultados exitosos deixaram de ser convocados.

Ou seja que o que está acontecendo, Presidente, é uma falta de definição, uma falta de estratégia nossa, de que é o que queremos quanto ao setor privado no âmbito do processo de integração, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração.

Fala-se em convocar um novo encontro, não tão geral como o convocado aqui há uma semana, senão setorial. Mas, para quê? Para que fazemos isso? Tudo isso custa dinheiro e custa dinheiro à CAF. E sobre isso desejo fazer um comentário. Para que convocar? Essa é a pergunta que devemos responder. Queremos fazer aqui, nesta mesa, rodadas de negócios? Rodadas de negócios há uma por semana em todos nossos países globais e setoriais e subsetoriais. Ou seja, nossos empresários têm afortunadamente espaços suficientes: os governos, os bancos de

desenvolvimento, os bancos privados, as próprias cúpulas empresariais dão as oportunidades para realizar rodadas de negócios. Para que vamos convocá-los? Para conhecerem-se, para escutar, neste caso, sobre o andamento do processo de integração por parte da Secretaria-Geral da ALADI? A carteira de projetos da CAF está muito limitada, está muito reduzida. O que deseja a CAF é identificar novos projetos? Mas, se esse for o caso, apontemos a isso, senhores. A CAF necessita identificar projetos porque é o sentido de qualquer banco de fomento, neste caso, de Corporação.

Por conseguinte, creio que devemos ver com toda claridade o que queremos fazer quanto ao setor privado no âmbito da Associação e qual é o sentido destas reuniões. Enfim, dizia-lhe que tudo custa. Primeiro, não sei quanto custou à CAF, não sei quanto custou à Secretaria fazer isto. A explicação de por que não veio um representante mexicano já foi dada pelo Secretário-Geral Adjunto.

PRESIDENTE. A Presidência desejaria transmitir aos senhores três pontos, três coisas. Em primeiro lugar, entusiasmados pelas intervenções de cada um dos senhores que manifestaram responder o mandato do Conselho de Ministros de sua Resolução 44, de criar o que poderíamos denominar o novo e dinâmico Comitê de Representantes para o objetivo de desenvolvimento de nossas Pátrias.

Recolho também o sentimento de cada um dos senhores, em especial o do Representante do Peru, a preocupação do Representante da Bolívia, as observações muito precisas do Senhor Representante do Chile, as advertências e reflexões dos Senhores Representantes do Equador e do Brasil, e queria justamente dizer aos senhores que este novo Comitê de Representantes nascido ao amparo dessa Resolução 47 do Conselho de Ministros, que está começando a projetar a imagem e a necessidade de uma ALADI nova é o que, evidentemente, faltou no passado.

As reuniões setoriais empresariais foram liquidadas. E isto produziu, nos setores da PIMES, grandes expectativas para o desenvolvimento. Esse pequeno grupo empresarial, que é o que participava dessas reuniões setoriais em busca de novos mercados, foi cancelado -porque verdadeiramente daqui partiu uma cancelação- e houve uma decisão oficial de tomar os acordos setoriais e incluí-los nos acordos de alcance parcial. Isso produziu em todo o setor empresarial uma desmoralização porque o único foro de vinculação que tinham foi cancelado.

Segundo ponto: a Associação, até o momento, a percepção do setor em toda a América -e eu a tenho percorrido- é de que a ALADI é um organismo anônimo, não se promove, que não indica, que não abre os caminhos. De modo que esta nova perspectiva nascida, digo, ao amparo da Resolução 47 cria novos projetos.

O que manifestou o Senhor Representante do México no sentido de que nos reunamos aqui para transmitir-lhe a nova mensagem que provém de todos nossos governantes, preocupados porque a região se projete e se consolide, é, na verdade, importante.

Façamos entre nós uma rodada especial, uma jornada de reflexão, examinemos uma série de instrumentos e de mecanismos, etc., necessários; aproveitemos -como agora falará o Secretário-Geral Adjunto sobre a situação dos Observadores- tudo isto para projetar para o futuro.

Mas, devem acreditar em mim. O setor empresarial se frustrou, e convocar novamente sem que verdadeiramente exista uma mensagem clara e contundente de que, como ator dos movimentos, não vai concorrer. A promoção deve ser muito especial e muito clara para motivá-lo novamente perante um foro que foi cancelado.

E quanto ao Conselho Assessor -de meu país foi o representante do Conselho Assessor- suas opiniões foram arquivadas. Por quê? Porque nesse momento as opiniões e as conduções tinham outra orientação e não tinham ocorrido os fatos que todos agora conhecemos da dinâmica, da globalização e da internacionalização dos mercados.

Recolho -e aqui já falo pessoalmente- o que manifestou o Senhor Representante do México de que nos convoquemos para algumas jornadas internas de trabalho para projetar para o futuro o que evidentemente todos consideramos como uma coisa importante e que apóia nossa situação.

Senhores Representantes, o tema relativo ao Encontro de Líderes Empresariais foi esgotado. A Secretaria tomou devida nota de cada uma das propostas e confio, então, em que nos preparará um pequeno aide-mémoire para uma segunda reunião sobre o tema.

Passamos a considerar o seguinte ponto da ordem do dia.

7. Relatório sobre os resultados alcançados nos programas de cooperação acordados com os Observadores.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Isaac Maidana). Senhor Presidente, os senhores têm o documento ALADI/SEC/di 808 onde tratamos de

resumir o estado atual da situação dos países e organismos Observadores onde não houve variações nos últimos anos. Quanto ao número de Países Observadores, continuam sendo quinze; Organismos Observadores são cinco. E os pedidos pendentes até a data são: a Grécia, que é de abril de 94, da Sudáfrica, de junho de 94, e de um Organismo Internacional, SELA, que é de dezembro de 94.

Neste relatório se faz uma breve resenha do novo Regulamento de Observadores, a Resolução 202, e enfatizamos em um dos artigos, que é o quarto. Se me permite vou ler. O artigo quarto da Resolução 202 de Observadores diz: "Os Estados ou Organismos Internacionais que até o momento da aprovação da presente resolução -e a resolução foi aprovada em 21 de dezembro de 94- tenham a qualidade de Observadores, definirão juntamente com a Secretaria-Geral, em um prazo não superior a um ano, os respectivos projetos de programas de cooperação a fim de ser submetidos à aprovação do Comitê de Representantes". E este é o ponto, Senhor Presidente, que queria destacar aos senhores porque a Secretaria, com base neste mandato, durante o ano 95 fez as gestões pertinentes perante os diferentes países e organismos, com visitas aos Embaixadores, aos Chefes de Missão, propondo-lhes os diferentes aspectos ou elementos para conformar um programa de cooperação técnica ou de ajuda financeira. Entregamos ao senhor projetos específicos que tínhamos aqui, na Secretaria, em função das atividades do programa da ALADI. Enfim, mantivemos uma série de reuniões a nível, inclusive, de conselheiros comerciais das Embaixadas que visitamos; mas, não obstante os esforços realizados, não tivemos ainda nenhuma resposta por parte destes países e organismos.

Queria chamar a atenção para este tema porque não estaríamos cumprindo o artigo quarto e talvez valha a pena, Senhor Presidente, realizar alguma reunião de um grupo de trabalho para que a Secretaria explique cada ação realizada com cada país-membro ou organismo internacional.

De qualquer maneira, sendo este o ponto mais importante que queria destacar do relatório, também desejaria manifestar que até o momento houve algumas contribuições e apoios concretos de alguns países observadores, como o caso de Romênia, que já deu bolsas de estudo em duas oportunidades, em 94 e 95. No caso da Rússia, bolsas para educação superior que foram transmitidas este ano, e lembro aos senhores que em 15 de julho vence o prazo para que os países entreguem seus aspirantes. Até a data somente o fez o Equador. E no caso da China, que fez uma doação de equipamentos de computação por um valor de U\$S 2.600.

Esta é a situação, Senhores Representantes, dos Observadores, tanto a nível de países e organismos. Somente queria chamar a atenção para o cumprimento deste artigo quarto, que nos dá a possibilidade de conformar novos acordos ou revisar os que já estão, mas até a data não puderam cumprir-se. É tudo, Presidente.

Representação do URUGUAI (Carlos A. Zeballos). Senhor Presidente, proporia que este tema fosse tratado em uma reunião de Chefes de Representação com todos os antecedentes à vista. Porque aqui não se está cumprindo os programas de cooperação e, por outro lado, solicitações para ser aceitos com estatuto de Observadores. Tenho a impressão de que este tema mais bem deveria ser analisado sem atas em uma reunião de Chefes de Representação.

PRESIDENTE. Uma consulta da Presidência. Essa reunião que o senhor propõe, de Chefes de Representação, seria prévia à proposta da Secretaria de criar uma comissão de trabalho?

Representação do URUGUAI (Carlos A. Zeballos). Penso que para criar uma comissão de trabalho haveria que dar-lhe pautas e estas devem ser dadas pelos Chefes de Representação.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Uruguai.

O tema é submetido à consideração de Chefes de Representação.

#### 8. Convocação da Terceira Reunião do Conselho de Ministros de Turismo da ALADI.

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas Molina). Senhor Presidente, com o maior respeito e consideração para com o Senhor Presidente e os Senhores Representantes, tenho o encargo do Senhor Ministro de Turismo do Equador de pedir-lhes desculpas por ter apresentado recém hoje o pedido de nosso Governo para que a Terceira Reunião do Conselho de Turismo da ALADI se realize na cidade de Quito, em 17 e 18 deste mês, e também agradecer que tenham aceito que este tema seja incluído na agenda desta manhã.

Vale a pena, Senhor Presidente, uma breve explicação por parte de minha Representação, já que houve uma pequena falha técnica no procedimento seguido para esta convocação, porquanto o Senhor Ministro de Turismo do Equador, em sua condição de Presidente do Conselho de Turismo da ALADI, tinha convidado já

seus colegas, os Ministros de Turismo, no mês de maio deste ano, sem seguir os procedimentos habituais que regem para estes eventos, que é a convocação prévia por parte do Comitê de Representantes, como estabelecem nossos regulamentos. Nessas circunstâncias o Ministro de Turismo equatoriano enviou comunicações aos Senhores Ministros de Turismo da América Latina e, segundo me informou, a grande maioria aceitou estar presente na cidade de Quito. O propósito do Ministro de Turismo do Equador é expressar seu agradecimento, de forma especial, a todos seus colegas por todo o apoio dado durante o exercício da Presidência nesse Conselho de Turismo e também para considerar uma agenda que a Secretaria-Geral teve a gentileza de preparar, atendendo um pedido do Ministro equatoriano.

Na verdade, Senhor Presidente, este Conselho de Turismo adquire vitalidade pela iniciativa do Ministro Espinel, porque o Conselho de Turismo estava paralisado há quatro ou cinco anos e ele foi grande impulsor deste Conselho. Inclusive, na segunda reunião, se não me equivoco, o Conselho de Turismo criou uma comissão permanente para esses propósitos, para acompanhar o andamento de todas as ações no campo do turismo, vinculando-o diretamente com o comércio dos serviços.

De maneira que vale a pena que o Comitê de Representantes, como tinha manifestado, com as devidas desculpas, convoque este Conselho de Turismo, que é o pedido que me tinha permitido formular ao Comitê de Representantes e ao Secretário-Geral da ALADI.

Tenho também o encargo, Senhor Presidente, de manifestar um agradecimento especial do Ministro de Turismo do Equador à Secretaria-Geral, ao Secretário-Geral Antunes, pela cooperação que em todo momento veio dando-lhe para cumprir esse encargo dos Ministros de Turismo da América Latina, para levar adiante os trabalhos a que está dedicado o Conselho.

Além disso, concordo muito com o Senhor Presidente em que é uma ocasião muito propícia para que a ação da ALADI se projete também nos outros países da América Latina. E esse é o desejo do Governo de meu país receber todos os Senhores Ministros de Turismo da América Latina na data indicada, ou seja, 17 e 18 deste mês. Obrigado.

PRESIDENTE. Em consideração o tema proposto pelo Senhor Representante do Equador. Isto é, que o convite do Ministro de Turismo do Equador a seus colegas da América se transforme no Conselho de Ministros de Turismo da região.

Está de acordo com essa fórmula, Senhor Secretário?

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas Molina). Senhor Presidente, talvez seria conveniente que a Secretaria-Geral distribuísse ou lesse aqui, aos senhores membros do Comitê, o texto do projeto de decisão que habitualmente é considerado por todos nós.

Representação do URUGUAI (Carlos A. Zeballos). Tratar-se-ia de que dentro da reunião de Ministros de Turismo da América Latina se reunisse o Conselho de Ministros da ALADI?

PRESIDENTE. Exato.

Representação do URUGUAI (Carlos A. Zeballos). Obrigado.

PRESIDENTE. A Secretaria está disposta a ler o projeto?

SECRETÁRIO-GERAL. Sim, Senhor Presidente. Temos duas propostas com igual redação na parte resolutiva; somente muda o fato de ter ou não o tendo em vista e o considerando. Vou ler o mais completo, que é o que está sendo considerado e que estamos distribuindo.

Diz assim: "Projeto de Acordo. O Comitê de Representantes, tendo em vista a Resolução 87, que cria o Conselho de Turismo da ALADI. Considerando que os Ministros de Turismo da América Latina se reunirão na cidade de Quito, nos dias 17 e 18 de julho de 1996 e que o Presidente do Conselho de Turismo solicitou aproveitar esta circunstância para realizar a Terceira Reunião Ordinária do Conselho de Turismo da ALADI, ACORDA: Primeiro.- Convocar a Terceira Reunião do Conselho de Turismo da ALADI para os dias 17 e 18 de julho de 1996, que se realizará na cidade de Quito, Equador. Segundo.- Aprovar para essa reunião a seguinte agenda: 1) Relatório da Secretaria-Geral sobre a situação do Programa de Ação do Turismo da ALADI acordado na Segunda Reunião. 2) Projeto de promoção turística da América Latina (PROALA). 3) Mecanismos para coordenar a promoção e facilitação turística na região. 4) Programa de trabalho para o período 96-97. 5) Assuntos diversos".

Representação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Senhor Presidente, por uma questão de simples formalidade, creio que necessitaria pedir instruções a meu Governo. Por outro lado a data da reunião é na próxima semana.

Então, concretamente, sugeriria esperar 24 horas para fazer essas consultas, pedir instruções a nossos Governos e voltar a reunir-nos, talvez, na sexta-feira pela manhã para aprovar este projeto se, como diz nosso colega equatoriano, nossas administrações nacionais já têm conhecimento da convocação e, sobretudo, desta agenda muito específica.

Se isto fosse aceito, uma alternativa seria aprovar isto ad referendum de cada uma das Representações à Secretaria em vinte e quatro horas. Não sei que preferem os senhores, mas talvez o mais seguro seria reconvocar o Comitê para sexta-feira pela manhã para decidir; somente para dar-nos o mínimo tempo necessário de consultar nossas capitais.

PRESIDENTE. Em consideração a proposta do Brasil.

Representação do EQUADOR (Eduardo Cabezas Molina). Senhor Presidente, agradeço muito a meu colega, o Representante do Brasil. Creio que é atendível o que ele acaba de manifestar. De modo que se os Senhores Representantes estivessem de acordo, solicitaria ao Senhor Presidente que convocasse para amanhã uma sessão do Comitê de Representantes porque não creio que haja outro procedimento que nos permita agilizar este pedido de nossa Representação.

Além disso, Senhor Presidente, valeria a pena, isso sim, que agora o Comitê de Representantes se pronunciasse por um dos dois projetos para que a consulta a nossos Governos esteja limitada a um único texto.

Por outro lado, e dentro da agenda e revisando aqui o regulamento, creio que o Ministro equatoriano Espinel está concluindo praticamente seu mandato, tanto como Ministro de Turismo do Equador como na sua condição de Presidente do Conselho. Por conseguinte, o Conselho também deve designar um novo presidente. Deveria incluir-se na agenda "designação do novo Presidente do Conselho de Turismo". Porque aqui diz: "As reuniões do Conselho serão dirigidas por um Presidente e serão designados dois Vice-Presidentes, escolhidos em cada oportunidade pelos membros do mesmo".

Se couber este acréscimo, consulto à Secretaria-Geral e estaria pronto para atender o pedido de nosso colega do Brasil.

PRESIDENTE. Feita a consideração indicada de eleição de autoridades, maior razão para o Brasil consultar seu país sobre seu parecer. Por conseguinte, creio que recolheríamos tudo

convocando uma reunião para a próxima sexta-feira, enquanto são feitas as convocações.

Em segundo lugar, qual dos dois projetos de resolução vai ser submetido?

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Inclina-mos pelo que tem considerando. E obviamente estamos de acordo com a proposta do Brasil.

Representação do PERU (Guillermo del Solar Rojas). Senhor Presidente, também nos inclinamos pelo projeto de acordo que tem considerando, porque além disso é muito lógico que, estando prestes à realização nos dias 17 e 18, não poderíamos estar uma semana antes dizendo que estamos analisando porque convocamos. Estamos convocando-o, justamente pelo que dizem os considerandos e, precisamente, porque o Presidente do Conselho de Turismo solicitou aproveitar esta instância, etc, etc. De outra maneira ficaria como que queremos uma semana antes convocar os Ministros de Turismo, o qual me pareceria inoportuno se não está devidamente sustentado pelos considerandos aqui precisados.

E também estamos de acordo sobre a consulta a nossa Chancelarias para uma reunião na sexta-feira, proposta pela Representação do Brasil.

Faltaria a inclusão da junta diretiva, a Presidência e Vice-Presidências, que deveria ser mencionada em um ponto quinto, anterior a "assuntos diversos", para que a agenda fosse completa com o pedido do Senhor Representante do Equador.

Representação do PARAGUAI (Carlos Galeano). Senhor Presidente, a Representação do Paraguai também está de acordo com o projeto que leva o considerando, pelas expressões dos Representantes que me precederam no uso da palavra e também estaríamos de acordo com a inclusão solicitada pelo Equador de um ponto na agenda onde se estabelecesse a eleição do Presidente do Conselho.

PRESIDENTE. A Presidência lembra que o manifestado pelo Equador é que, de acordo ao regulamento, em cada reunião será escolhida a mesa diretiva. Então, muito sabiamente o Senhor Representante do Brasil disse: "desejo consultar minhas autoridades". Eu acrescentei que com maior razão se há um compromisso de eleição, já não é uma simples reunião com uma agenda

limitativa, senão que há um ingrediente mais, apresentado porque o regulamento exige que para essa reunião haja uma eleição. E o Senhor Ministro de Turismo conclui seu período de governo e entrega. Então, com maior razão deve fazer-se a consulta.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, desejo esclarecer como ficaria o projeto de acordo, levando em conta as observações dos Representantes.

Em primeiro lugar, desejaria fazer uma correção no tendo em vista: a Resolução 87 do Comitê de Representantes, que cria o Conselho de Turismo da ALADI. Os demais ficariam como estão, exceto que seria incorporado um ponto 5, que diria: "Eleição de autoridades". E o ponto 6 seria "Assuntos diversos".

Representação da COLÔMBIA (Jaime Pinzón López). Uma observação. Diria: "Relatório da Secretaria-Geral sobre a situação do programa...", creio que ficaria melhor "Relatório da Secretaria-Geral sobre o desenvolvimento do Programa de Ação de Turismo".

PRESIDENTE. Toma-se nota desta proposta.

Ficaria, então, convocada para a próxima sexta-feira, à mesma hora, uma reunião de Chefes de Representação que posteriormente pode transformar-se em Comitê de Representantes para analisar o tema referente à convocação, depois de consultar nossos Governos.

## 9. Assuntos diversos.

-Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio. Convite ao Secretário-Geral para a reunião de trabalho que se realizará em 23 de julho em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, desejaria informar aos Senhores Representantes e submeter a sua consideração um convite recebido por parte do Embaixador Jaime Aparicio, Coordenador Nacional da Bolívia e Secretário Pro Tempore do Grupo do Rio. O Embaixador Aparicio me convida para participar de um café da manhã de trabalho para o dia 23, em Santa Cruz de la Sierra, continuando um procedimento feito com o SELA.

Estive analisando quais seriam os temas e seriam três, de acordo com os contatos com a própria Secretaria Pro

Tempore: 1) Considerações sobre o processo de integração; 2) Considerações sobre a coordenação entre os organismos regionais, acompanhando o esforços dos países da América Latina neste sentido e do próprio Grupo do Rio; e 3) Apoio que a Secretaria poderia dar em termos de estudos para os trabalhos do Grupo do Rio. Lembro que, neste último aspecto, estivemos elaborando alguns documentos de interesse para a Associação e que também passaram a ser de interesse do Grupo do Rio, destacando-se o estudo sobre o comércio entre os países da ALADI e o Japão e os problemas existentes neste comércio, como contribuição para uma agenda de uma reunião que o Grupo do Rio teve com esse país.

Sei que existem outros contatos do Grupo do Rio com outros países como a Coréia e, provavelmente, atendendo os interesses dos países da ALADI e do Grupo do Rio, esses estudo sejam úteis. Mas, creio que esses três pontos serão mencionados como contribuição para as reuniões de Chanceleres e posteriormente de Presidentes.

Apresento este ponto aqui, Senhor Presidente, porque é um âmbito próprio da Secretaria, o âmbito técnico, mas existe outro que ultrapassa o técnico e que é muito importante. Lembro que quando se realizou a Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, em Quito, a Resolução 206 deste Comitê foi muito oportuna e útil. Estava presente e vi como esta resolução serviu para esclarecer as diferentes tendências. Então, creio que é um assunto que se o Comitê considera necessário discutir seria de enorme transcendência para a Secretaria-Geral contar com a contribuição das Representações para poder ir mais preparados a esta reunião.

Representação da BOLÍVIA (Antonio Céspedes). Senhor Presidente, dentro da preocupação do Comitê de Representantes de que a Secretaria tenha ação participativa em seu relacionamento com os demais organismos e, articularmente, em foros tão importantes como o Grupo do Rio neste momento, sugiro que seja aprovada a viagem do Secretário-Geral e que participe dessa reunião que considero verdadeiramente importante.

PRESIDENTE. Há um ponto que consultou o Secretário-Geral e é que a convocação deste grupo de trabalho do Grupo do Rio tem em sua agenda conotações de caráter técnico, mas aparentemente tem alguma ação que entra no campo político e a Secretaria deseja consultar-nos sobre esse tema.

Levando em conta estas considerações, diria que na sexta-feira se realizará uma reunião privada de Chefes de Representação para tratar o tema da proposta do Conselho de Ministros, analisar também um pouco a agenda apresentada pela ALADI e enquanto isso devemos fazer as duas consultas a nossos Governos.

Representação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Senhor Presidente, ia fazer uma sugestão na mesma linha que o senhor acaba de fazer. Não sei se já podemos concluir essas conversações na sexta-feira, mas sim podemos, talvez, começá-las. Acrescentaria a sugestão de que talvez a Secretaria pudesse distribuir, amanhã, um resumido papel com esta agenda e talvez com antecedentes do tratamento na ALADI desse tema. Mas, desde já adianto que minha delegação, como a da Bolívia, considera importante que o Secretário-Geral participe da reunião, à qual foi convidado pelo Coordenador boliviano. Mas, seria bom, como o senhor sugere, uma discussão prévia entre nós sobre as pautas gerais para orientar a participação do Secretário-Geral.

Representação do URUGUAI (Carlos A. Zeballos). Um esclarecimento, Senhor Presidente. O tema do Conselho de Turismo vai ser tratado no Comitê, não em reunião privada de Chefes. Nesse caso passaríamos a Chefes depois do Comitê.

PRESIDENTE. Efetivamente, Senhor Representante.

Senhores Representantes, em princípio, dentro do grande programa da nova projeção da ALADI estamos muito contentes de que o Senhor Secretário-Geral assista ao Grupo do Rio, instância importantíssima na adoção de decisões políticas de nossa região e ficaríamos, então, convocados para a sexta-feira à hora de costume.

Muito obrigado por sua assistência.

Encerra-se a sessão.

-----